



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ATA			
Nome da demanda	Projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário”, em consonância com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Res. n.º 255/2018 do CNJ.	Ata n.º	2/2022
Assunto da ata	A mulher no mercado de trabalho e a participação feminina no TRT15.	Data	06/04/2022
Local	Plataforma Google Meet	Horário	das 10h10 às 11h49

2.1 – PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO	
Nome	Área
Luciane Storel	Desembargadora Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eleonora Bodrini Coca	Desembargadora integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Ana Cláudia Torres Vianna	Juíza Titular integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Patrícia Maeda	Juíza do Trabalho Substituta integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eliana Cordeiro Nassif	Diretora da Secretaria de Vara do Trabalho integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Célia Regina Diniz de Almeida	Servidora da Escola Judicial integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Francielle Barbosa Prado	Psicóloga da Secretaria de Saúde integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Andrea Vicente de Paula	Servidora da 4ª Vara do Trabalho de Jundiáí
Maristela Rodrigues	Servidora da 4ª Vara do Trabalho de Jundiáí



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3 – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Nome	Área
Lara de Paula Jorge	Assessora da Escola Judicial integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Paula Toniatti	Secretária de Gestão de Pessoas integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário, destacada com dedicação integral pela Presidência

3 – PAUTA DA REUNIÃO

Machismo cotidiano

4 – DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Exma. Coordenadora do Grupo de Trabalho, Desembargadora Luciane Storel, dá início à reunião cumprimentando as participantes e relembando a temática que será abordada na Oficina: o machismo cotidiano. Manifesta que a Exma. Desembargadora Eleonora Bodrini Coca explanará brevemente sobre o assunto e que, na sequência, será aberto o espaço para troca de ideias. A Exma. Coordenadora reitera o caráter horizontal e informal da Oficina, e reforça que as pautas nela discutidas subsidiarão propostas a serem encaminhadas para a Instituição.

A Exma. Coordenadora do GT passa a palavra à Exma. Desembargadora Eleonora, que cumprimenta a todas as presentes. Em seguida, menciona a palestra promovida em março pela Escola Judicial e conduzida pela advogada e escritora Ruth Manus, que abordou o assunto “machismo cotidiano”, bem como o livro da autora, “Manual anti-machismo”. A Exma. Desembargadora esclarece que procurará trazer em sua fala os pontos mais relevantes do livro, e sugere que as participantes a interrompam se assim desejarem a fim de que seja estabelecido um diálogo.

A Exma. Desembargadora aborda então a primeira ideia, que remete ao fato de que, quando falamos do machismo, não estamos falando contra os homens; existem homens e mulheres machistas, e é importante que todos repensem suas atitudes neste contexto. Menciona, então, a segunda ideia, que se refere à importância de reconhecermos que o machismo existe e que estamos inseridos em uma sociedade machista.

Manifesta-se então a Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna, pontuando que as gerações mais jovens parecem ter mais consciência sobre comportamentos machistas, ao passo que as gerações anteriores são mais resistentes neste sentido.

Dando continuidade à sua fala, a Exma. Desembargadora Eleonora menciona a terceira e a quarta ideias: assumir o machismo é um ato de coragem, e “desconstrução” é a palavra-chave para que enfrentemos esta questão, uma vez que comportamentos machistas são naturalizados e, por isso, frequentemente não são questionados.

A Exma. Coordenadora do GT manifesta que espaços de discussão sobre esta temática ainda são



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

pouco valorizados e dá como exemplo o *podcast* da Escola Judicial produzido no mês de março, que abordava o assunto e que foi pouco acessado. Acrescenta a Exma. Desembargadora que talvez as pessoas não percebam a questão do machismo como algo que precisa ser enfrentado.

Observa a Exma. Juíza Patrícia Maeda a baixa adesão à presente Oficina, salientando que o machismo ainda é visto por muitos como um fenômeno menor ou inexistente. A Exma. Desembargadora Eleonora, a servidora Célia Regina Diniz de Almeida e a psicóloga Francielle Barbosa Prado se manifestam trazendo exemplos e percepções que vão ao encontro desta fala.

A Exma. Desembargadora Eleonora menciona, então, a 5ª ideia: o fato de que ser “anti-machista” pode gerar desconforto e situações conflituosas, uma vez que exige uma postura de enfrentamento. Acrescenta, então, a importância de que não nos deixemos intimidar se de fato queremos mudar a realidade. Em seguida, levanta a 6ª ideia: feminismo não é o contrário de machismo; enquanto o feminismo busca a igualdade de gêneros, o machismo se sustenta na superioridade masculina.

Manifesta-se a Exma. Coordenadora do GT trazendo exemplos de misoginia em suas vivências profissionais. Aborda também a importância de que o esporte contribua nesta quebra de paradigmas, e traz a questão da necessidade de igualdade salarial entre jogadoras e jogadores de futebol.

A Exma. Desembargadora Eleonora menciona, então, a 7ª ideia, discorrendo sobre o conceito de masculinidade tóxica e os impactos deletérios deste fenômeno sobre a sociedade, a exemplo da guerra. Dando continuidade, aborda a 8ª ideia, que se refere à importância da diversidade e da representatividade no mercado de trabalho. A Exma. Desembargadora traz um dado da ONU, que aponta a igualdade salarial entre homens e mulheres como algo a ser alcançado apenas em 250 anos, caso nada seja feito no sentido de mudar esta realidade.

Afirma também que, se não há diversidade nas cúpulas das organizações, dificilmente este tipo de debate vai existir. Por fim, ressalta o fato de que, embora haja muitas servidoras no TRT15, o mesmo não acontece ao vislumbrarmos espaços de poder da Instituição.

A servidora Célia acrescenta a importância dos espaços exclusivamente femininos para se debaterem as questões de gênero, mas salienta a relevância de que também haja espaços para que homens se insiram nestas discussões. A servidora também reitera a importância de que mulheres ocupem mais lugares de poder dentro da Instituição.

Em seguida, a Exma. Desembargadora Eleonora aborda a 9ª ideia, que se refere a comportamentos machistas que sempre existiram, mas que apenas recentemente foram nomeados: o *mansplaining*, que acontece quando um homem explica coisas óbvias à mulher, o *manterrupting*, quando homens interrompem as falas das mulheres, o *bropropriating*, quando um homem se apropria de uma ideia expressa por uma mulher e leva os créditos em seu lugar.

Manifestam-se a psicóloga Francielle sobre o impacto do machismo na saúde mental das mulheres e a Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna sobre o quanto a prática do *manterrupting* interfere no raciocínio e na exposição das ideias em uma discussão. Menciona a Exma. Coordenadora do GT vivências institucionais dos comportamentos machistas abarcados na 9ª ideia e sugere que o grupo reflita sobre o que precisa ser mudado nos diferentes espaços dentro do TRT15: sessões, eventos, sindicato, varas do trabalho etc.

Acrescentam a Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna e a Exma. Desembargadora Eleonora outros exemplos de experiências machistas dentro da Instituição, como o fato de se usar o pronome masculino para se referir ao Presidente de uma sessão, mesmo quando se trata de uma mulher. Sobre este fato, observa a Exma. Juíza Patrícia Maeda que o imaginário coletivo enxerga a figura de um juiz como um homem branco.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Salienta a Exma. Coordenadora do GT a importância de que compreendamos as questões conceituais referentes ao machismo para que nós, mulheres, possamos quebrar nossos paradigmas e para que posteriormente os homens também sejam incluídos neste debate.

A Exma. Desembargadora Eleonora manifesta-se, então, sobre a 10ª ideia: a sororidade. Explana sobre o termo, que pode ser compreendido como uma relação de irmandade e união entre as mulheres, com menos julgamentos e mais apoio e empatia. Acrescenta a Exma. Juíza Patrícia Maeda que o termo vem do latim *sóror*, que significa “irmãs”.

Em seguida, a Exma. Desembargadora Eleonora aborda a 11ª ideia, que diz respeito à ditadura da beleza. Discorre sobre o quanto as mulheres são elogiadas e valorizadas, desde a infância, muito mais por seus atributos físicos que por sua capacidade, e sobre a liberdade com que os homens comentam a aparência feminina, inclusive com pessoas com as quais não têm nenhuma intimidade.

Manifesta a psicóloga Francielle sobre o quão invadido é o corpo feminino nos mais diversos aspectos, de comentários inapropriados à violência física.

Finalmente, a Exma. Desembargadora Eleonora aborda a 12ª ideia, que se refere à carga mental e aos serviços domésticos como tarefas predominantemente femininas. A Exma. Desembargadora fala sobre o fato de que as tarefas domésticas sempre foram vistas como atribuições das mulheres; trata também do conceito de carga mental, que diz respeito a todo trabalho de organização e tomada de decisões sobre o funcionamento do lar. A Exma. Coordenadora do GT, a Exma. Juíza Ana Cláudia e a psicóloga Francielle falam de vivências pessoais sobre este aspecto.

A servidora Célia menciona o livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, da autora Elisabeth Badinter, abordando as pressões sociais para que as mulheres se enquadrem em papéis de cuidado, em especial no papel de mãe.

A Exma. Desembargadora Eleonora encerra sua exposição deixando uma reflexão, um convite e uma homenagem. Em relação ao primeiro aspecto, sugere que pensemos o que nós, enquanto mulheres e Instituição, podemos fazer para deixar o mundo menos machista e mais sororo. Sobre o segundo item, nos convida a sermos a voz que interrompe o ciclo de opressão. Finalmente, homenageia a escritora Lygia Fagundes Telles, falecida dias antes da Oficina, e autora do seguinte pensamento: “já que é preciso aceitar a vida, que seja corajosamente”.

A Exma. Juíza Patrícia agradece a exposição da Exma. Desembargadora Eleonora e comunica a disponibilização do *link* para que todas acessem e deixem sugestões de temas para serem debatidos nas próximas oficinas. Também propõe que reflitamos sobre o quão acolhedor é o ambiente de trabalho do TRT15 para as mulheres, ressaltando que o trabalho, de modo geral, é pensado a partir do paradigma de um homem médio: branco, instruído e de posses. Ressalta as situações vivenciadas pelas mulheres durante a pandemia, em especial a necessidade de conciliar o trabalho de cuidado com as metas impostas pela Instituição.

Manifesta a Exma. Juíza Ana Cláudia sobre a importância de que voltemos o olhar para o que precisa ser feito em termos práticos dentro da Instituição: como ampliar os espaços e a participação das mulheres em comissões, comitês, varas, cargos de confiança etc?

Observa a Exma. Coordenadora do GT que, uma vez que as mulheres correspondem a quase 60% dos servidores e Magistrados do TRT15, é importante que este mesmo percentual de participação feminina seja encontrado nos espaços mencionadas pela Exma. Juíza Ana Cláudia. Em relação aos cargos de gestão, afirma que esta distribuição está equilibrada. Sugere também que seja criado um banco feminino de servidoras que têm pretensões a cargos de gestão e de assistente de Juíz, por



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

exemplo.

A servidora Eliana Cordeiro Nassif questiona, então, como seria possível identificar que alguém foi preterido na escolha para determinado cargo pelo simples fato de ser mulher. Relata algumas experiências em seu local de trabalho que evidenciaram discriminação em relação a mulheres gestantes. A Exma. Coordenadora do GT reitera a sugestão da criação de um banco de interesses e habilidades para encorajar a participação feminina em cargos relevantes.

Acrescenta a Exma. Juíza Ana Cláudia a sugestão de que este banco não abranja apenas o interesse em ocupar determinados cargos, mas que se destine também a mulheres que tenham interesse em participar de diferentes tipos de projetos dentro da instituição contribuindo, por exemplo, com determinada habilidade.

A Exma. Coordenadora do GT, a Exma. Juíza Patrícia e a Exma. Desembargadora Eleonora discorrem sobre a ideia de que sejam veiculadas campanhas sobre temas que envolvem a temática do machismo, a exemplo do que foi discutido na presente Oficina: *mansplaining*, *maninterrupting*, *bropropriating* etc. a Exma. Coordenadora do GT sugere que a sugestão seja avaliada para a campanha do segundo semestre da Comissão de Assédio.

A Exma. Juíza Ana Cláudia propõe que materiais já veiculados, como o *podcast* do mês de março da Escola Judicial, sejam novamente divulgados, ainda que em meios informais, como grupos de *whatsapp*. A Exma. Coordenadora do GT acrescenta a ideia de que este *podcast* possa ser inserido no Canal da Mulher e no *link* da Oficina da Mulher, na página do Comitê de Gestão de Pessoas.

A Exma. Juíza Patrícia sugere que se abra o espaço de discussão para que outras pessoas se manifestem. A servidora Andrea Vicente de Paula traz algumas de suas vivências dentro do TRT15 e ressalta a importância de que dificuldades enfrentadas pelas mulheres da 1ª Instância sejam vislumbradas na construção de propostas desta Oficina, inclusive para que outras colegas se sintam encorajadas a participarem do projeto. Além disso, sugere a instalação de duchas higiênicas nos sanitários femininos da Instituição.

A servidora Célia concorda com os levantamentos trazidos pela servidora Andrea e propõe o uso de algum vídeo que conscientize os servidores e a Administração sobre estas e outras necessidades das mulheres.

A psicóloga Francielle observa que, muitas vezes, os servidores se sentem desestimulados a participarem de espaços de fala a eles dedicados devido à dinâmica de poder da Instituição e cita alguns exemplos observados em sua prática profissional dentro do TRT15.

A Exma. Desembargadora Eleonora e a Exma. Juíza Patrícia manifestam acolhimento à fala da servidora Andrea e ressaltam a importância de que todas as realidades sejam contempladas neste e em outros espaços institucionais, acrescentando que isto ocorre por meio de uma construção coletiva.

A Exma. Coordenadora do GT solicita que a Exma. Juíza Patrícia apresente na tela a nuvem de palavras com as sugestões de temas a serem abordados na próxima Oficina. Assim o faz a Exma. Juíza, que ao ensejo comenta que no próximo encontro estará presencialmente no Fórum de Jundiá e que convidará as funcionárias terceirizadas para participarem das discussões. Aponta também que os principais temas que apareceram na nuvem são “representatividade” e “sororidade”.

Em seguida, a Exma. Coordenadora do GT elenca as principais questões a serem encaminhadas ao Comitê de Gestão de Pessoas tendo em vista o debate do presente encontro.

A primeira proposta se refere à aprovação e ao envio de um formulário para as Magistradas, servidoras e terceirizadas do Fórum de Jundiá com o seguinte questionamento: quais as



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

necessidades básicas para a melhor qualidade do trabalho da mulher?

A segunda proposta diz respeito à campanha a ser veiculada no segundo semestre deste ano, que englobará os 4 constructos referentes ao machismo elencados pela Exma. Desembargadora Eleonora: *mansplaining*, *bropropriating*, *maninterrupting* e *gaslighting*.

A terceira proposta aborda o banco de especialidades femininas, que deverá subsidiar projetos e trabalhos tais como a presente oficina. Sugere a Exma. Desembargadora Eleonora que se denomine este cadastro de “banco de especialidades e interesses”, uma vez que muitas mulheres podem não se sentir necessariamente especialistas em determinado assunto, mas podem ter interesse em pesquisar e falar sobre ele. Acrescenta a Exma. Juíza Patrícia que, de fato, mulheres tendem a não se reconhecer como especialistas em algo, mesmo que o sejam. Manifesta também a Exma. Juíza Ana Cláudia que divulgará a iniciativa para a pessoas com quem tiver contato, mesmo que de maneira informal.

A quarta proposta se refere à representatividade feminina em comitês, comissões, bancas e cargos: estes espaços devem ser preenchidos de forma equilibrada e proporcional por homens e mulheres.

Finalmente, a quinta proposta diz respeito à instalação da ducha higiênica nas dependências da Instituição.

A Exma. Coordenadora do GT manifesta, então, que a próxima Oficina se dará de forma presencial no Fórum de Jundiá, e que Magistradas, servidoras e terceirizadas deverão ser convidadas para participar. Também sugere que as mulheres do Fórum de Campinas recebam o convite. Acrescenta a Exma. Desembargadora Eleonora que mulheres do Segundo Grau também deveriam participar, e as demais participantes concordam. Propõe a Exma. Juíza Ana Cláudia que, então, o encontro ocorra de forma híbrida, com algumas pessoas participando de forma virtual e outras, de forma presencial.

Manifesta a Exma. Coordenadora do GT que na próxima reunião do Comitê de Gestão de Pessoas as propostas aqui levantadas serão deliberadas. Também propõe que as oficinas ocorram sempre nas segundas segundas-feiras do mês, às 10h. No entanto, a psicóloga Francielle afirma que estará em férias nesta data, a Exma. Desembargadora Eleonora, que estará em um compromisso em outro grupo de trabalho, e a servidora Eliana, que possivelmente sua unidade estará em correição.

Diante disso, a Exma. Coordenadora do GT sugere que o próximo encontro seja, então, no dia 16/05, às 10h, com o que as participantes concordam.

A Exma. Juíza Patrícia tira uma foto da tela após a permissão das presentes.

A Exma. Coordenadora do GT dá por encerrada a reunião e agradece à participação de todas.

5 – APROVAÇÃO DA ATA

Elaborada por	Francielle Barbosa Prado
Revisada por	
Considerada aprovada em	